



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

RECOMPOSIÇÃO ESPACIAL E SOCIAL DO TECIDO URBANO PORTUENSE: O Bairro Cerco do Porto enquanto Espaço de Análise ^[1]

Paula Guerra *

A temática em discussão neste texto situa-se no âmbito de uma análise mais alargada do processo de recomposição espacial e social evidenciado na cidade do Porto ao longo das décadas de oitenta e, principalmente, noventa. Assim, a década de noventa, em termos de recomposição socioespacial do espaço urbano portuense, tem assistido ao aparecimento, por parte do poder local, de uma estratégia assumida de intervenção apostada na reestruturação da Zona Oriental da cidade, compreendendo, em termos físicos, a freguesia de Campanhã. Por conseguinte, a nossa opção em termos analíticos circunscreve-se à particularidade que o processo em análise assume nessa Zona da cidade e concretamente no Bairro Cerco do Porto, quer pela sua actualidade, quer pela busca de uma maior delimitação analítica de abordagem.

A análise em curso ancora-se nos desfasamentos e tensões existentes entre os *discursos e acções dos actores políticos urbanos* — eles próprios actuando interactivamente e de uma forma conflitual — e os *discursos e práticas sociais localizadas e territorialmente enraizadas nos habitantes do Bairro Cerco do Porto*. Desta forma, partiremos da hipótese de que entre estes dois conjuntos de actores responsáveis pela recomposição socioespacial da cidade se jogam interesses, recursos, cálculos e estratégias diferentes, fazendo emergir a estrutura urbana portuense como uma ordem virtual de relações transformadas e em transformação.

No âmbito desta comunicação, iremos analisar somente um dos actores da recomposição socioespacial urbana concretamente, a Câmara Municipal do Porto, enquanto actor político local relevante — evidenciando as suas lógicas, os seus recursos e as suas estratégias de actuação no que

diz respeito a Campanhã em geral, e ao Bairro Cerco do Porto, em particular. ^[2] Tal opção, embora parcial, parece assumir particular relevância, pois permite equacionar especificamente lógicas, instrumentos e paradigmas de política urbana da cidade, fornecendo um conjunto de perspectivas acerca das suas potencialidades e estrangulamentos enquanto estratégia de desenvolvimento da cidade para os próximos anos.

A fragmentação acelerada da cidade

“ A velha metrópole está fora de moda, é difícil de governar e é onerosa, já que os ‘efeitos perversos’

ultrapassaram há muito os ‘efeitos benéficos’ ”. ^[3]

O grande desafio que se coloca hoje à cidade — e particularmente a quem a gere — é o de ter capacidade de controlar as tendências de uma cada vez maior segregação socioespacial, fazendo emergir uma cidade recortada, onde parece cada vez mais difícil recompor uma *unidade urbana integrada*. Ainda dentro desta linha, importará saber se a cidade conseguirá ser um território unificado e específico ou se será somente um jogo combinado de territórios plurais, diferenciados e justapostos

não podendo, por isso, assumir uma unidade territorial. ^[4]

Neste sentido, as representações dos actores políticos urbanos são marcadas por uma forte inquietação perante uma cidade retalhada espacialmente e pouco coesa socialmente, sobretudo porque estes mesmos actores estavam habituados a pensar e a intervir na cidade tendo na base referenciais e arquétipos da cidade tradicional.

No caso do Porto, e assumindo a condição de cidade-metrópole, a desintegração assume proporções mais intensas e amplificadas e as diferenciações socioespaciais são mais acentuadas.^[5] Assumindo a sua condição metropolitana, o Porto tem vindo — a exemplo de outras cidades europeias — a ser palco de incidência e de acentuação de algumas tendências segregativas; quer pelo reforço de movimentos de “emburguesamento” que tendem a concentrar camadas sociais favorecidas em termos económicos em espaços qualificados do ponto de vista social e urbanístico, excluindo outras categorias sociais pelos altos preços fundiários e imobiliários praticados; quer pela concentração de pessoas de *status* social intermédio noutras cidades periféricas do espaço metropolitano pela razoabilidade de preços imobiliários aí praticados, mas ocasionando desenraizamento socioespacial e diluição de relações de pertença; e ainda, pelo reforço da concentração e da visibilidade de espaços urbanos muito desqualificados espacial e socialmente (bairros degradados) assumindo cada vez mais o estatuto de “ghettos” de “miséria e de violência” nas representações do imaginário colectivo urbano —

assumindo aqui um papel exemplar o Bairro Cerco do Porto.^[6]

Os actores políticos locais assumem claramente o quadro anteriormente traçado ao admitirem que o Porto foi pautado por uma “tendência de crescimento urbano no sentido de uma cada vez maior *polarização social*”.

Assim, estes actores têm vindo a dar particular importância actualmente a dois processos intrinsecamente interligados: por um lado, a *recomposição da questão social*, que alarga e amplifica a população excluída da cidade, arrastando um aceleração de atomização e de desenraizamento social e, por outro, a forte concentração e visibilidade geográfica de excluídos em bairros geridos

pela própria autarquia (eleitos inclusivamente como locais de intervenção prioritária)^[7] Neste sentido, só muito recentemente — a partir de 1994 — é que surgiu o Pelouro de Acção Social na Câmara Municipal do Porto, e isso poderá estar ligado à importância e à visibilidade que os anteriores processos começaram a ter em termos de representações dos próprios autarcas, e referidamente

do próprio presidente da edilidade.^[8] Isto é, em termos de discursos e práticas, a *questão social* e a sua territorialização (tendências segregativas), começaram a fazer parte das lógicas e das estratégias de actuação deste actor político urbano, e assumem uma certa liderança enquanto elementos estruturantes das políticas urbanas.

Acresce ainda o facto de o combate à exclusão social ter entrado recentemente nos discursos políticos, técnicos e mediáticos feitos sobre a cidade. Enquanto tendência e moda, este aspecto tende a ser adoptado indiscriminadamente como emblemático da política social para a cidade, e por isso, não

há autarca que “se preze” que não o introduza no seu discurso corrente.^[9]

Finalmente, seria importante referir que esta *cidade fragmentada* social e espacialmente não é coincidente e compatível com as apostas autárquicas em termos de intervenção estratégica na cidade do Porto para os próximos anos, a saber: “reforçar a sua competitividade e internacionalização como cidade identificada com a valorização de toda uma Região”, “aumentar a qualidade de vida urbana e reforçar a sua coesão social” e “apoiar factores de dinamicidade e de inovação”.

É dentro deste quadro que a zona de Campanhã e o Bairro Cerco do Porto, em particular, são eleitos pelos actores políticos urbanos como lugares onde a recomposição social e espacial da cidade tem particular incidência e, por conseguinte, vão ser espaços prioritários de intervenção.

No primeiro caso, a zona é diagnosticada e representada pela autarquia como:^[10]

- uma das zonas urbanas mais desfavorecidas, quer da cidade, quer da Área Metropolitana do Porto;
- zona periférica pautada por uma forte degradação sociourbanística e ecológica;
- zona de declínio industrial;
- zona onde existem reminiscências de uma agricultura de subsistência feita de forma informal e desordenada;
- zona possuidora de uma estrutura demográfica relativamente jovem face ao cômputo geral;
- zona caracterizada por uma forte desintegração dos activos residentes do mercado de trabalho;
- zona afectada por programas consecutivos de realojamento, sem articulação com políticas urbanas mais globais o que a tem transformado em “zona-depósito” de Bairros sociais e de problemas sociais;
- zona de forte concentração espacial de pessoas carenciadas o que se traduz em efeitos perversos ao nível da produção e da reprodução de determinados problemas sociais, de que são exemplo, certos comportamentos desviantes;
- zona onde as populações (nomeadamente oriundas de Bairros) se vão afirmando pela negativa, acentuando estigmas sociais; inadaptação à escola e dificuldades de integração laboral da população

juvenil.

No segundo caso — o Bairro Cerco do Porto — é apreendido como:^[11]

- zona de forte estigmatização social;
- zona de elevada concentração de comportamentos desviantes ligados à droga e ao seu tráfico;
- zona onde a desintegração da população residente activa do mercado de trabalho é importante;
- zona de forte visibilidade de problemas sociais tais como o insucesso escolar e o abandono infantil;
- zona cujos níveis de qualificações escolares e profissionais da população residente são baixos;
- zona onde se verifica uma elevada taxa de sobreocupação das casas e onde a degradação arquitectónica e ambiental é evidente;
- zona carenciada pela inexistência de serviços de apoio.

Em suma, estas percepções e diagnósticos vão fazer emergir para além de um “renovado” discurso sobre a cidade, novos perfis e instrumentos de intervenção em termos de política urbana, adequados à gestão de uma cidade crescentemente fragmentada em espaços-lugares de vida diferenciados.

A intervenção na cidade e a emergência de políticas urbanas “renovadas”

“ Considerar a cidade como complexa e não só como complicada, postula que ela funcione tendo na base lógicas e racionalidades múltiplas eventualmente contraditórias; que forme um sistema aberto; que os seus equilíbrios são instáveis; que variações ligeiras podem engendrar mudanças consideráveis; que as evoluções são geralmente irreversíveis”.^[12]

As constatações anteriores têm engendrado alterações no posicionamento da autarquia face a este tipo de questões — por vezes, só em termos discursivos — o que se traduz na abordagem multidimensional da exclusão social. Consequentemente, a exclusão é percebida como processo onde intervêm simultaneamente múltiplos factores: *desinserção no mercado de trabalho; insucesso escolar; estruturas familiares fragilizadas; rendimentos baixos; habitação degradada; passividade social e ausência de cidadania; dependência e clientelismo face a instituições de solidariedade social e ao poder local*. Portanto, passa-se de uma lógica de entendimento meramente economicista do processo a uma lógica mais plural que considera que os excluídos devem ser actores intervenientes no processo de combate à exclusão social. Esta mudança de posicionamento vai estruturar consequentemente a elaboração de políticas urbanas com incidência na cidade e com incidência particularizada no Vale de Campanhã.

Em termos de políticas urbanas com incidência na cidade, as grandes linhas de actuação face a uma cidade, que se está a recompor social e espacialmente, podem ser tipificadas da seguinte forma:

i) O poder local — neste caso, a Câmara Municipal, através do Pelouro de Acção Social — assume mais uma lógica de “actor social” do que de “administrador do social”. A grande aposta é dinamizar projectos integrados de desenvolvimento, articulando e fazendo convergir sinergias locais, servindo de elemento aglutinador de actores institucionais públicos e privados e das populações em geral. A sua acção relaciona-se com o seu poder institucional, mas também com o seu poder relacional. A sua base de acção é fundamentalmente territorial.

ii) As suas actuações configuram-se mais a uma “gestão de projecto” do que a uma “gestão administrativa”. Desta forma, determinam-se áreas prioritárias de intervenção — o Centro Histórico, o Bairro do Aleixo, o Bairro de Aldoar, o Vale de Campanhã — definindo objectivos e acções específicas em termos de faseamento, integrando os recursos dos diversos actores locais económicos, culturais e sociais, partindo do pressuposto de que a realidade social e territorial é diversa e complexa. Portanto, privilegia-se um nível de actuação microespacial, mas multifacetado e multissetorial.

iii) Defesa de uma abordagem “aproximativa não definitiva”. O que equivale a dizer que as políticas não podem ser definidas de uma forma prévia na sua totalidade; devem contemplar reactualizações constantes em função das mudanças das próprias realidades a que se dirigem.

iv) Renovação e multiplicação dos instrumentos de actuação. Tendo como princípio básico a mobilização das próprias populações, que são objecto de intervenção, admitem-se novas fórmulas de intervenção ligadas ao partenariado, à concessão ou mesmo à contratualização. Todas estas fórmulas têm, como ponto comum, a importância da comunicação e da troca de informação ascendente e descendente na formatação das estratégias de desenvolvimento.

Em termos de políticas urbanas, com incidência particularizada no Vale de Campanhã e no Bairro Cerco do Porto, as grandes linhas de intervenção vão ser definidas no âmbito da efectivação do

projecto URBAN-Vale de Campanhã.^[13]

O URBAN é um programa comunitário destinado a requalificar zonas urbanas social, económica e urbanisticamente carenciadas. Enquadra-se dentro de uma lógica de políticas urbanas intensivas e territorializadas, pressupõe ainda uma abordagem e uma intervenção multisectorial e plurifacetada. Enquadra-se dentro de uma resposta “à explosão do social nas periferias e Bairros em crise” das grandes cidades europeias.

A lógica do URBAN assenta essencialmente na mobilização e participação das próprias populações, pois só assim se conseguirá uma estratégia de desenvolvimento integrada. Implica sobretudo a emergência de projectos identitários comuns nas próprias populações. Consequentemente, pode inclusivamente assumir-se como veículo promotor de cidadania local no sentido em que a “(...) liberdade ganha com o adensamento de redes de relações sociais espontâneas, sendo tanto mais forte a democracia quanto mais também se afirma e intensifica a vida associativa e o

pluralismo social”.^[14]

No caso concreto do URBAN do Vale de Campanhã — e pelo facto da estrutura técnica do URBAN se concentrar em três dos bairros sociais, um o Bairro Cerco do Porto — importa referir brevemente as suas áreas e linhas estratégicas de intervenção.

-
- i) Dinamização local.
 - ii) Valorização de actividades económicas locais.
 - iii) Criação e diversificação do emprego local.
 - iv) Dinamização de equipamentos polivalentes e de recorte inovador.
 - v) Promoção de equipamentos multivalências e multiobjectivos.
 - vi) Requalificação urbana e ambiental.
 - vii) Gestão, estudos locais, comunicação e visibilidade.
-

A dinamização local é assumida como central face às demais áreas estratégicas de intervenção. E, neste contexto, é aferida fundamentalmente pela dinamização do *associativismo de base local*, quer nas vertentes de animação sociodesportiva, quer nas suas ligações à escola, quer na promoção de iniciativas de educação ambiental.

Em termos de valorização de actividades económicas locais e da criação e diversificação do emprego local, a grande aposta é feita em torno da promoção de *iniciativas locais de emprego* para o grande número de activos residentes em situação de desemprego nos Bairros.

A promoção de equipamentos polivalentes e de recorte inovador com multivalências e multiobjectivos implica a emergência de um centro comunitário animado por diferentes serviços e temas, e *frequentado intergeracionalmente*.

A requalificação urbana e ambiental implica a emergência de espaços públicos locais qualificados, do ponto de vista estético e ambiental, a serem preservados pelas populações locais, enquanto *espaços de pertença comum*.

Em síntese, estas áreas estratégicas de intervenção assentam na emergência de sinergias locais de participação e de intervenção nos actuais espaços desqualificados social e espacialmente, tornando os moradores destes bairros mais autónomos e independentes face às instituições de apoio e capazes de sair de situações de atomização social em que se encontram normalmente mergulhados.

Toma-se aqui a realidade urbana como realidade complexa, tendo na base lógicas e racionalidades múltiplas, eventualmente contraditórias, donde podem emanar sinergias e espaços de concertação social local. Considera-se ainda que o combate à exclusão social não pode ter só uma frente económica, mas se alicerça sobretudo na existência de redes de convivialidade e de participação locais, capazes de engendrarem a reestruturação e o refortalecimento de raízes identitárias comuns.

Quer na óptica do discurso, quer na de projecto de intervenção, o URBAN para o Vale de Campanhã surge ancorado a uma estratégia de desenvolvimento integrado, no sentido em que pretende equivaler

a “estratégias globalizantes de intervenção local”.^[15]

Algumas questões em torno da efectivação de políticas urbanas

“ A dominação não é um efeito directo e simples da acção exercida por um conjunto de agentes (‘a classe dominante’) investidos de poderes de coerção, mas o efeito indirecto de um conjunto complexo de acções que se engendram numa rede de constrangimentos cruzados...” [16]

Neste ponto, iremos colocar um conjunto de interrogações face à implementação das políticas urbanas anteriormente traçadas, especialmente à operacionalização do projecto URBAN — Vale de Campanhã.

Assim, apesar de os discursos políticos e os seus instrumentos de intervenção reforçarem a necessidade de participação dos habitantes, as práticas quotidianas dos moradores dos Bairros podem não corresponder a essa intencionalidade.

Por um lado, muitas acções de intervenção em Bairros parecem reproduzir territorialmente um entendimento não tão abarcante do combate à exclusão social, limitando-se, por isso, a dar informações aos habitantes no sentido de legitimar acções políticas, reduzindo-os a

meros receptáculos passivos e não intervenientes activos nas decisões. [17] Por outro, muitos dos técnicos que trabalham no terreno dos Bairros Sociais continuam a ter uma imagem estereotipada dos habitantes, limitando-se a vê-los como portadores de atitudes de boicote face às suas realizações, não facilitando por isso, uma concertação social eficaz. Sobretudo o facto de poderem continuar a ser representados como um “outro” inferiorizado e incapaz de fazer face à mudança é determinante para a manutenção de uma relação de desconfiança mútua. Da mesma forma, os habitantes podem continuar a manter uma representação desajustada do corpo técnico, exigindo-lhes, na maior parte dos casos, acções pontuais de resolução de carências.

O assistencialismo é uma prática cultural fortemente enraizada, tanto nas lógicas sociais das populações excluídas, como nas das populações incluídas e cujo combate não tem necessariamente a ver com a definição de políticas renovadas, em prol da participação cívica nos Bairros. Assim, “ (...) do lugar dos integrados, os excluídos tendem historicamente, a ser avaliados com medo, com pena ou

com uma combinação dos dois sentimentos. Mais raramente se poderá falar de solidariedade” [18]

Esta prática reproduz situações de dependência e não potencia a emergência de projectos de vida autónomos por parte dos habitantes. Este padrão cultural de relacionamento com o excluído, com o pobre está directamente relacionado com as possibilidades de classificação das classes incluídas/“dominantes” e com a reprodução temporal dessas mesmas possibilidades que se estende para além dos projectos e das políticas.

Outro elemento de tensão, face a uma política urbana de requalificação social e territorial, liga-se ao facto de essas orientações não terem em linha de conta a pluralidade e heterogeneidade das situações de exclusão, mesmo num espaço-território tão demarcado como é o caso de um Bairro. Desta forma, nas práticas e representações quotidianas “ (...) a regra é a da heterogeneidade das situações de exclusão, recuperáveis umas, inelutáveis no curto prazo outras, criadoras de rupturas de identidade por perda de laços e sociabilidades comunitárias algumas, deslizantes e conformadas outras ainda”.

[19] Perante algumas tentativas de uniformização dos excluídos, os habitantes dos bairros sociais contrapõem um universo diferenciado e multiforme de “artes de fazer” quotidianas, daí que a intervenção política, tendo uma imagem algo uniformizada dos habitantes do Bairro, possa ser contraproducente, em termos de alcance prático, contribuindo inclusivamente para a ampliação dos efeitos de estigmatização e de atomização em franjas da população anteriormente não

estigmatizadas e atomizadas. [20]

A questão anterior levar-nos-á ainda à problematização da excessiva territorialização da política urbana, na medida em que, elegendo áreas prioritárias de intervenção, pode contribuir para a consolidação dessas zonas no imaginário colectivo urbano como zonas/*ghettos* de delinquência ou de criminalidade, não travando os efeitos segregadores anteriormente existentes, ao invés, sedimentando-os. A questão da escala de intervenção pode ainda ser elemento constrangedor de desenvolvimento integrado, por um lado, porque a escala de resolução dos problemas pode ser mais ampla — nomeadamente no que concerne às macrovariáveis estruturais, como o emprego ou a habitação e, por outro lado, porque se parte do pressuposto de que o indivíduo desenvolve todo o seu universo de relações naquela escala,

o que por vezes não acontece. [21]

Se houve uma adaptação a este tipo de política urbana em termos de argumentação institucional e política, não parece ter existido uma aprendizagem social no que concerne a uma política participativa. Assim, as populações em situação de privação económica, social e cultural podem continuar a ser totalmente dependentes e incapazes de construir um projecto de vida alternativo e alicerçado na autonomia, não exercendo práticas de participação consolidadas e sendo marcadas

por identidades fragmentadas e dissolvidas no todo societal. [22]

A lógica que emana de um projecto como o URBAN, parte do princípio que as populações fizeram uma aprendizagem, em termos de participação e envolvimento associativo. A realidade portuguesa e em particular a realidade das populações ditas excluídas não têm muita tradição em termos de associativismo activo e participante e “a multiplicação das associações não traduz (...) necessariamente o crescimento da participação na sua organização e no seu funcionamento. Dá-se,

por vezes, somente o alargamento de um mercado de serviços com uma participação passiva”. [23]

A dinamização local, o partenariado, a contratualização só se conseguem efectivar em sociedades com altos níveis de organização da sociedade civil. O que foi dito anteriormente não pretende invalidar a existência de associativismo activo e participante em determinados espaços desqualificados, mas afirma-se mais enquanto traço geral. Ainda em termos de envolvimento associativo de base local, é importante considerar-se que ele tende a ser maior e mais intenso em relação a determinadas camadas da população não tão desintegradas e excluídas, reproduzindo e cristalizando situações de apatia e de atomização previamente existentes, acentuando lideranças e criando “imagens desfocadas” de participação.

O facto de estes grandes projectos de intervenção urbana serem, por vezes, alvo de extensa publicitação, acentuando apenas aspectos orçamentais, pode ainda engendrar, por si só, condutas dependentes e clientelistas por parte das populações. De um modo geral, também não existe um diálogo prévio entre os agentes de política local e as populações — não só lideranças locais — que vão ser alvo de intervenção, o que obstaculiza a existência de um entendimento complexo por parte de ambos os actores sociais.

(Re)considerações

Perante um quadro hipotético de relativa (in)comunicação, tal como foi descrita anteriormente entre os actores políticos locais e suas políticas e as populações que pretendem alcançar, surge actualmente um conjunto de propostas de reflexão, que adiantaremos de seguida.

Em primeiro lugar e mesmo num quadro de intervenções territorializadas, convém evidenciar a pluralidade, multiformidade e heterogeneidade de vivências face à exclusão vivida num contexto particular. Importa ainda não enveredar por um naturalismo urbano de tipo morfológico ou ecológico que tenta explicar as maneiras de viver na cidade como consequência directa da localização territorial de um conjunto de pessoas. Neste sentido, a vinculação das pessoas a lugares-espacos interessaria mais no sentido de a entender como condição da existência de um conjunto de lógicas, recursos e estratégias de acção.

Finalmente, importa não “reduzir o global ao local, nem o local ao global”, cruzando diferentes níveis de intervenção, perspectivando, assim, uma abordagem integradora das escalas micro e macro no âmbito das estratégias de acção dos actores políticos na cidade.

Referências Bibliográficas

- F. ASCHER, *Metapolis ou l'Avenir des Villes?*, Paris, Ed. Odile Jacob, 1995.
- D. BÉHAR, “Banlieues ghettos, quartiers populaires ou ville éclatée”, in *Les Annales de la Recherche Urbaine*, nº 68-69, 1995.
- M. BLANC, “Politique de la ville et démocratie locale”, in *Les Annales de la Recherche Urbaine*, nº 68-69, 1995.
- P. BOURDIEU, *Raisons Pratiques*, Paris, Ed. Du Seuil, 1994.
- R. CASTEL, *Les Métamorphoses de la Question Social*, Paris, Ed. Fayard, 1995.
- M. CERTEAU, *L'Invention du Quotidien. Arts de Faire I*, Paris, UGE, 1980.
- F. DUBET, *Sociologie de l'Expérience*, Paris, Ed. Du Seuil, 1994.
- A. TEIXEIRA FERNANDES, “Formas e mecanismos de exclusão social”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. 1, série I, 1991.
- A. TEIXEIRA FERNANDES, “Poder autárquico e poderes difusos”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. 3, série I, 1993.
- A. TEIXEIRA FERNANDES, “Etnicização e racização no processo de exclusão social”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. 5, série I, 1995.
- J. FERREIRA de ALMEIDA, “Integração social e exclusão social: algumas questões”, in *Análise Social*, vol. XXVIII, nºs 123-4, 1993.
- M. PINÇON e M. PINÇON - CHARLOT, *Dans les Beaux Quartiers*, Paris, Ed. Le Seuil, 1989.

M. RONCAYOLO, *La Ville et ses Territoires*, Paris, Gallimard, 1990.

B. SOUSA SANTOS, “Estado, direito e questão urbana”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 9, 1982.

A. SANTOS SILVA, “O que é o desenvolvimento integrado? Uma reflexão com ilustração empírica”, in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Actas do Encontro de Vila do Conde*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.

E. VILAÇA e I. GUERRA, “Os actores sociais e a degradação do parque habitacional em Lisboa”, in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 15, 1995.

* Socióloga, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[1] Este texto resulta de uma investigação teórico-empírica mais alargada que estamos a prosseguir no âmbito da apresentação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[2] Enquanto contributos para esta análise, iremos utilizar, em simultâneo, uma entrevista realizada à vereadora da Habitação, Acção Social e Protecção Civil da Câmara Municipal do Porto/Pelouro da Habitação, Acção Social e Protecção Civil (Dezembro de 1995), o Projecto URBAN - Vale de Campanhã (Outubro de 1994) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale de Campanhã (1993).

[3] E. VILAÇA e I. GUERRA, “Os actores sociais e a degradação do parque habitacional em Lisboa”, in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 15, p. 81.

[4] Este debate é aprofundado por M. RONCAYOLO, *La Ville et ses Territoires*, Paris, Gallimard, 1990.

[5] F. ASCHER, *Métapolis ou l'Avenir des Villes?*, Paris, Ed. Odile Jacob, 1995.

[6] M. PINÇON e M. PINÇON - CHARLOT, *Dans les Beaux Quartiers*, Paris, Ed. Le Seuil, 1989.

[7] O uso desta expressão é de D. BÉHAR, “Banlieues ghettos, quartiers populaires ou ville éclatée”, in *Les Annales de la Recherche Urbaine*, nº 68-69, 1995. R. CASTEL segue um desenvolvimento semelhante em *Les Métamorphoses de la Question Social*, Paris, Ed. Fayard, 1995.

[8] Aliás, a requalificação espacial e social da cidade foi um dos vectores centrais de intervenção no âmbito da apresentação do programa eleitoral em 1993.

[9] Neste sentido, veja-se A. TEIXEIRA FERNANDES, “Etnicização e racização no processo de exclusão social”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. 5, série I, 1995, p. 15.

[10] Recorremos a este respeito ao diagnóstico feito no âmbito do *Projecto URBAN - Vale de Campanhã*, Porto, 1994.

[11] Este diagnóstico foi feito com base no *Projecto URBAN - Vale de Campanhã*, Porto, 1994 e também na entrevista com a vereadora de Acção Social da Câmara Municipal do Porto.

[12] F. ASCHER, *op. cit.*, p. 183.

[13] *Projecto URBAN - Vale de Campanhã*, Porto, Pelouro de Acção Social e Protecção Civil, Câmara Municipal do Porto, 1994.

[14] A. TEIXEIRA FERNANDES, “Poder autárquico e poderes difusos”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. 3, série I, 1993, p. 9.

[15] A. SANTOS SILVA, “O que é o desenvolvimento integrado? Uma reflexão, com ilustração empírica”, in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento - Actas do Encontro de Vila do Conde 1-3 Abril 1993*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994, p. 612.

[16] P. BOURDIEU, *Raisons Pratiques*, Paris, Ed. Du Seuil, 1994, p. 58.

[17] Cfr. M. BLANC, “Politique de la ville et démocratie locale”, in *Les Annales de la Recherche Urbaine*, nº 68-69, 1995.

[18] J. FERREIRA de ALMEIDA, “Integração social e exclusão social: algumas questões”, in *Análise Social*, vol. XXVIII, nºs 123-4, 1993, p. 830. Ainda dentro desta linha, cfr. A. TEIXEIRA FERNANDES, “Formas e mecanismos de exclusão social”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. 1, série I, 1991, pp. 60 - 63.

[19] J. FERREIRA de ALMEIDA, *art. cit.*, p. 833.

[20] Cfr. M. CERTEAU, *L'Invention du Quotidien. Arts de Faire I*, Paris, UGE, 1980. Nesta mesma linha, F. DUBET refere as condutas heterogéneas dos jovens da *galera*, *Sociologie de l'Expérience*, Paris, Ed. Du Seuil, 1994, pp. 186 189.

[21] Tal como refere B. SOUSA SANTOS, “(...)a política urbana (por exemplo, a política habitacional), desgarrada quer da política fundiária

quer da política de emprego, não pode deixar de fracassar”, “Estado, direito e questão urbana”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 9, 1982, p. 67.

[22]

Para mais desenvolvimento, v. A. TEIXEIRA FERNANDES, “Formas e mecanismos de exclusão social”, pp. 40-51.

[23]

A. TEIXEIRA FERNANDES, “ Poder autárquico e poderes difusos”, p. 13.